

## O que Entendemos por “Feminização da Pobreza”?

por Marcelo Medeiros e Joana Costa, Centro Internacional da Pobreza

**A “feminização da pobreza”** é uma idéia que remonta à década de 1970. Foi popularizada no início da década de 1990, e não menos no domínio da pesquisa por agências das Nações Unidas. O conceito tem vários significados, alguns dos quais não são totalmente consistentes com a sua implícita noção de mudança. Nós propomos uma definição que está em consonância com muitos estudos recentes no campo: *a feminização da pobreza é uma mudança nos níveis de pobreza partindo de um viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios chefiados por mulheres.*

Mais especificamente, é um aumento na diferença de níveis de pobreza entre as mulheres e os homens, ou por um lado, entre os domicílios chefiados por mulheres, e, por outro lado, aqueles chefiados por homens ou casais. O termo também pode ser usado para significar um aumento da pobreza devido às desigualdades entre homens e mulheres, embora preferamos chamar a isto a *feminização das causas da pobreza.*

A definição precisa da feminização da pobreza depende de duas questões subsidiárias: o que é *pobreza*? e o que é *feminização*? A pobreza é uma falta de recursos, capacidades ou liberdades que comumente são chamadas de dimensões da pobreza. O termo “feminização” pode ser usado para indicar uma mudança com viés de gênero em qualquer destas dimensões. A feminização é uma ação, um processo de se tornar mais feminina. Neste caso, “feminina” significa “mais comum ou intensa entre as mulheres ou domicílios chefiados por mulheres”.

Porque implique mudança, a feminização da pobreza não deve ser confundida com a prevalência de níveis mais elevados de pobreza entre as mulheres ou domicílios chefiados por mulheres. Feminização é um processo, enquanto “maior nível de pobreza” é um estado. Feminização também é um conceito relativo baseado em uma comparação entre homens e mulheres, incluindo os domicílios chefiados por eles. O importante aqui é a diferença entre homens e mulheres em cada momento. Uma vez que o conceito é relativo, feminização não implica necessariamente em uma piora absoluta na pobreza entre as mulheres ou domicílios chefiados por mulheres. Se a pobreza é reduzida drasticamente entre os homens e apenas ligeiramente entre as mulheres, haveria ainda uma feminização da pobreza.

Alterações relativas nos níveis de pobreza podem ser medidas em termos de pobreza “-entre os domicílios chefiados por mulheres” e “entre as mulheres”. Estes indicadores, contudo, não refletem a feminização da pobreza. Tanto estes como “feminização” captam uma dimensão de gênero da pobreza, porém de modos distintos. Eles diferem pela unidade de análise e pela população incluída em cada grupo, e obviamente eles têm significados diferentes. Há razões para considerar ambos. O objetivo de indicadores baseados na chefia do domicílio é o de mostrar o que acontece a grupos vulneráveis específicos de mulheres e suas famílias, e, portanto a sua unidade de análise é o domicílio. A população considerada inclui tanto os homens como as mulheres (e crianças) aqueles que vivem em tais domicílios. Exclui as mulheres e os homens que vivem em outras formações de domicílios.

Os indicadores de pobreza entre as mulheres separam homens e mulheres completamente como indivíduos, e incluem ou excluem as crianças como um grupo qualificado por gênero nas suas agregações. Em determinando a feminização da pobreza, a interpretação de resultados extraídos a partir de medidas individuais da pobreza podem não ser precisos. Uma vez que a pobreza é normalmente medida em nível dos domicílios, a pobreza masculina está intrinsecamente associada com a pobreza feminina e vice-versa.



A feminização da pobreza também pode ser definida como “um aumento da participação de mulheres ou de domicílios chefiados por mulheres entre os pobres”. Em contraste com a nossa proposta, esta definição se centra em mudanças no perfil dos pobres, e não sobre os níveis da pobreza no seio de grupos por gênero. Assim, ela tem uma desvantagem potencial. É difícil de interpretar os resultados a partir desta abordagem, porque as medidas de feminização da pobreza podem ser afetadas por mudanças na composição demográfica da população. Por exemplo, o empobrecimento dos domicílios chefiados por mulheres pode ser compensado por um decréscimo no número total desses domicílios, e, portanto, o resultado em termos de feminização pode ser zero. A definição que propomos dá origem a indicadores que não são afetados por estes efeitos de composição, que podem ser analisados separadamente.

A feminização da pobreza combina dois fenômenos moralmente inaceitáveis: a pobreza e as desigualdades de gênero. Merece, portanto, especial atenção por parte dos responsáveis pela definição de políticas na determinação da alocação de recursos a favor da equidade de gêneros ou de medidas de luta contra a pobreza. Se a pobreza não está sendo feminizada, os recursos podem ser redirecionados para outros tipos de políticas. Naturalmente, é uma questão de análise empírica se está ou não ocorrendo feminização da pobreza em cada país. Propomos uma definição da feminização da pobreza que veja o fenômeno como uma mudança nos níveis de pobreza com viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios chefiados por mulheres. Esta definição proporciona uma simples, mas eficaz ferramenta para a condução de análise de políticas.

**Referência:**

Medeiros, M. e J. Costa (2008). “Is There a Feminization of Poverty in Latin America?”  
[Há uma feminização da pobreza na América Latina?] *World Development* 36 (1): 115-127.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:  
[www.undp-povertycentre.org](http://www.undp-povertycentre.org)